

“Não somente fazer o Bem, fazer bem”: uma reflexão sobre as organizações civis e os modelos de gestão do social

Cláudia Tirelli¹

Resumo

A partir dos conceitos desenvolvidos pela chamada "política contestatária" norte-americana e dos estudos de James Scott sobre "roteiro público e roteiro encoberto", o artigo problematiza algumas teses recentes apresentadas pela literatura sobre sociedade civil e democracia no Brasil, as quais têm interpretado a utilização de ferramentas de planejamento e de gestão por parte das organizações civis como indicadores de processos de hegemonização por um projeto político neoliberal ou de colonização pelos atores e metodologias do mercado e/ou do Estado. Os resultados parciais de um *survey* realizado junto às organizações que integraram o programa estadual "Rede Parceria Social" entre 2008 e 2010 reforçam as críticas a essas teses, na medida em que evidenciam a extrema heterogeneidade das organizações civis que atuam na área da assistência no RS, o que as levam a interpretar e se apropriar de forma distinta das oportunidades políticas.

Palavras-chave: Sociedade civil, Estado, mercado, política contestatária, hegemonia

Abstract

Based on the concepts developed by the so-called american "contentious politics" and studies of James Scott about "public transcript e hidden transcript", the article discusses some recent theses presented by the literature on civil society and democracy in Brazil, which have interpreted the use of planning tools and management by civil organizations as indicators of processes of hegemony by a neoliberal political project or colonization by actors and methodologies of the market and/or the State. Partial results of a survey conducted among the organizations that joined the state program "Rede Parceria Social" between 2008 and 2010 reinforce criticism to these theses, in that it showed the extreme heterogeneity of civil organizations working in the area of assistance in RS, which lead them to interpret and appropriate in a distinct form the political opportunities.

Key words: Civil society, State, market, contentious politics, hegemony

¹ Mestre e doutoranda em Sociologia (UFRGS) e professora na UNISC.

Introdução

O artigo visa problematizar algumas teses produzidas nas Ciências Sociais brasileiras, na última década, que têm interpretado a disseminação de um marco interpretativo gerencial e de novos repertórios de ação entre as organizações sociais como indicadores de hegemonização ou de “colonização” da sociedade civil pelos atores e metodologias do mercado e/ou do Estado. Através das contribuições da literatura norte-americana da “política contestatória” (*contentious politics*) e do aporte conceitual desenvolvido pelo cientista político James Scott, busca-se esboçar uma perspectiva teórica e metodológica que permita a compreensão das relações e dos processos que envolvem os atores do Estado, do mercado e do tecido associativo brasileiro sem a normatividade e a polarização que têm estado presentes nas análises dessa área.

Os resultados parciais da investigação com as organizações sociais que integram o programa “Rede Parceria Social” (RPS) no estado do Rio Grande do Sul² (nas suas edições de 2008, 2009 e 2010), também contribuem para essa reflexão, na medida em que oferecem um cenário da diversidade existente no tecido associativo na área da assistência e permitem inferir sobre a forma como essas distintas organizações vêm atuando frente às oportunidades e ameaças políticas percebidas no campo da assistência. Seguindo a linha proposta por Scott (1990), acreditamos que as ações não podem ser compreendidas como expressões resultantes da mera intenção dos atores e que, em grande medida, elas constituem uma resposta possível desses em relação a diversos tipos de constrangimentos, ou seja, sua agência se encontra sempre limitada por esses constrangimentos.

O artigo encontra-se subdividido em três partes: na primeira, faz-se uma breve descrição do processo de reconfiguração da assistência no Brasil ao longo dos anos de 1990; na segunda parte, são retomadas, de forma sucinta, as principais críticas referentes à literatura sobre movimentos sociais e sociedade civil no país e as teses da hegemonização ou colonização da sociedade civil pelo mercado e/ou Estado; por

² O programa Rede Parceria Social (RPS) vem sendo implementado através da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, desde 2007. O programa objetiva aliar Estado, Empresas e “Terceiro Setor” para atuarem na área da assistência, proporcionando a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor e uma maior qualificação das ações de responsabilidade social empresarial (REVISTA REDE PARCERIAS SOCIAIS, 2009). O Programa reuniu, ao longo de suas três edições, cerca de 340 organizações que atuam na área da assistência no RS. A primeira etapa da pesquisa, cujos dados serão expostos ao longo deste trabalho, consistiu na aplicação de um formulário-padrão a todas as organizações que compuseram a RPS em alguma de suas edições (2008, 2009, 2010). Obtivemos 106 respostas, ou seja, cerca de 1/3 do total de organizações.

fim, na terceira parte, propõe-se outra chave de leitura para essas questões a partir da utilização de referências conceituais baseadas na literatura da *Contentious Politics* e na obra de James Scott, bem como nos resultados referentes à pesquisa com as organizações da RPS.

A Reconfiguração do campo da assistência no Brasil dos anos 90

A partir de meados da década de 1990, assiste-se no Brasil a um processo de reconfiguração do campo da assistência, marcado pela emergência de novos atores sociais, marcos interpretativos e repertórios de ação. Em relação aos atores sociais, observa-se nesse período um crescimento das ações promovidas por ONGs (Organizações Não Governamentais), empresas privadas e públicas, fundações e institutos empresariais, agências e organismos de cooperação internacional, atuando ao lado ou conjuntamente com atores tradicionalmente vinculados a esse campo, nomeadamente, setores do Estado e entidades e instituições privadas caritativas, muitas das quais de cunho religioso. Nesse contexto, identifica-se a disseminação crescente de um novo marco interpretativo que prescreve o modelo de parcerias público-privado e a adoção de ferramentas de gestão como o caminho para se alcançar uma maior eficiência no campo da assistência e, mais amplamente, para se promover o desenvolvimento social. De acordo com Dowbor (2009), podem ser percebidos, nesse período, dois movimentos paralelos na área da assistência, cada um agregando e mobilizando atores societários e estatais distintos em torno de suas demandas. Por um lado, havia uma mobilização que congregava assistentes sociais, organizações/entidades assistenciais, usuários da assistência e agentes do Estado em torno da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e da sua implementação. Por outro, o governo federal lançou mão de amplos programas de combate à pobreza fora do âmbito institucional da assistência, como o Programa Comunidade Solidária ou o Programa Fome Zero. A disseminação do marco gerencial e de suas ferramentas, na área da assistência, tem sido reportada à conjunção dos atores promovida através dos comitês desses programas de combate à pobreza, os quais reuniram organizações empresariais, ONGs e setores do Estado (ALMEIDA, 2006a).

Os trabalhos nas Ciências Sociais que têm procurado analisar criticamente os resultados da difusão desse marco interpretativo gerencial tendem a ressaltar o aspecto da subjugação do espaço associativo ao modelo mercantil. Nessa vertente crítica, inserem-se tanto as análises que têm denunciado os processos de “privatização do espaço público” (PAOLI, 2002) e de “[...] colonização do campo da ação social

pelos princípios, lógicas e metodologias de gestão originários do setor privado [...]” (MÜLLER, 2006, p. 2), como aquelas que apontam para a funcionalidade do marco gerencial ao projeto político neoliberal constituído transversalmente às esferas da sociedade civil, do mercado e do Estado (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Nos casos empíricos analisados a partir desta última abordagem, o projeto neoliberal estaria se saindo vitorioso, na medida em que as pesquisas identificam um processo claro de adesão aos seus valores e prescrições, tanto nos programas sociais como nas organizações sociais envolvidas (ALMEIDA, 2006a; 2006b; TATAGIBA, 2006).

As Avaliações sobre o legado da literatura que trata de movimentos sociais e da sociedade civil no Brasil

No final dos anos de 1990, com o trabalho de Lavalle (1999), mas, sobretudo, no transcorrer da década de 2000, foram desenvolvidas várias análises de cientistas sociais e políticos (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; LAVALLE, 2003; SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004; SILVA, 2006; 2010) que buscavam fazer um balanço crítico do legado da produção acadêmica sobre os movimentos sociais e sobre a literatura da nova sociedade civil no Brasil. Iremos retomar, brevemente, os principais argumentos descritos nessas análises, sobretudo daqueles que se referem aos limites analíticos dessas produções, pois são eles que nos serviram como ponto de partida para a reflexão e a busca de outras abordagens de compreensão das ações coletivas no espaço associativo brasileiro.

Em diferentes graus e intensidades, estas análises apontaram para o problema da normatividade contida em ambas as tradições em questão. O engajamento dos pesquisadores e a sua adesão às causas defendidas pelos movimentos sociais os levou a reproduzir a voz dos pesquisados como se fosse a própria análise sociológica. De uma forma geral, esses trabalhos tiveram os méritos de apresentar grande riqueza empírica e de avançar em relação às análises de cunho marxista, ao trazerem para a reflexão das Ciências Sociais “[...] a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades [...]” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004, p.15). No entanto, o engajamento dos pesquisadores os induziu, também, a desenvolver análises com um forte apelo normativo, no qual aparece a defesa de um caminho correto a ser seguido pelos atores, tanto em relação à adoção de certos formatos organizativos como em relação aos seus repertórios de ação (SILVA, 2010). A escolha dos movimentos e orga-

nizações sociais a serem estudados, da mesma forma, é feita em decorrência da simpatia e da defesa dos seus princípios político-organizativos por parte dos pesquisadores, deixando a descoberto várias formas e dinâmicas associativas que não se enquadram nesses princípios valorizados (SILVA, 2010).

Essa questão da normatividade também vai estar fortemente presente na literatura produzida sobre a nova sociedade civil no Brasil. Diversas análises têm salientado que esse aspecto tendeu a substituir a investigação empírica e ceder espaço à prescrição sobre como os atores deveriam agir. Sintetizando a definição da nova sociedade civil, Lavalle vai dizer que esta

[...] foi definida como uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos - via de regra dirigidos à comunicação pública - para ventilar e problematizar questões de 'interesse geral' (2003, p.97).

O problema, segundo o autor, é que as associações e as organizações concretas não se enquadravam nesta descrição normativa. Ou seja, havia um hiato entre uma concepção teórica e idealizada da sociedade civil e as organizações sociais concretas, as quais, muitas vezes, não correspondiam a sua definição na teoria. Além disso, o enquadramento normativo poderia levar a exclusões posteriores, na medida em que uma organização enquadrada inicialmente nos requisitos empíricos da definição de sociedade civil viesse a alterar a sua forma de atuação ou de organização.

Um segundo conjunto de críticas dirigidas aos estudos sobre os novos movimentos sociais e a nova sociedade civil refere-se à homogeneização interna conferida às esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Isto levou os autores a considerar que os diversos atores agem nesses espaços de maneira uniforme e buscam os mesmos propósitos. Conforme a crítica feita por Sorj

nem o mercado, nem o Estado, nem a sociedade civil operam com uma só racionalidade, como mostram, por exemplo, a importância da confiança em relações comerciais, dos valores nos partidos políticos e do poder político e econômico nas organizações da sociedade civil (SORJ, 2005, p.13).

Outros autores como Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p.15) têm afirmado que esta uniformização obscurece a possibilidade de identificação e de confrontação dos vários “projetos políticos”³ concorrentes no interior dessas esferas. A seu ver, os discursos e as práticas que sustentam esses “projetos” podem ser apropriadas por diferentes atores sociais e sofrer alterações e ressignificações nesses processos de apropriação⁴. Em defesa de uma perspectiva relacional na análise da sociedade civil, Silva vai afirmar que é preciso “[...] analisar, em cada configuração empírica específica, como a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social em estudo” (SILVA, 2006, p.160).

O terceiro ponto assinalado pelos críticos relaciona-se à autonomização e à dicotomização conferidas na literatura sobre sociedade civil às relações entre Estado, mercado e sociedade civil ou entre Estado e sociedade civil. Sorj formula a sua crítica afirmando que

[...] as organizações da sociedade civil podem ser vistas como parte de um continuum mais do que como uma polaridade entre o Estado e o mercado. Elas não só existem graças a condições legais asseguradas pelo Estado, como também devem a maior parte de seus recursos ao Estado e às empresas privadas (SORJ, 2005, p.13).

A crítica de Lavalle (1999, p.130) em relação ao novo modelo de sociedade civil assenta-se justamente na disjunção que este realiza entre a sociedade e o Estado, ou seja, na oposição externa que estabelece entre eles. Nesta perspectiva, a nova sociedade civil representaria o pólo virtuoso dentro de uma relação dicotomizada com o Estado, assumindo um papel de “[...] protagonista de um incessante conflito com o Estado, que, por sua vez, ocupa a posição do antagonista e o pólo de valor negativo” (LAVALLE, 1999, p.131).

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) afirmam que essa perspectiva polarizada impediria a percepção acerca dos trânsitos entre a sociedade

³ Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p.38), a noção de “projetos políticos” é definida como “[...] como conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”.

⁴ Dagnino (2002, p.18, grifo do autor) exemplificou essas aproximações e ressignificações ao afirmar que no Brasil dos anos 90 ocorreu um processo marcado “[...] por uma *confluência perversa* entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagonicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*”.

civil e a sociedade política e os projetos em disputa que atravessam esses diferentes espaços e são assumidos e ressignificados pelos diversos atores.

Por fim, as análises têm detectado a ausência no debate sobre sociedade civil produzido nos anos 90 de investigações empíricas que expliquem o caráter diverso e, por vezes, transitório de constituição dos atores da sociedade civil e dos seus repertórios de ação. Segundo os críticos (SILVA, 2006, 2010; SORJ, 2005; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; LAVALLE, 2003), esta ausência tem contribuído para a formulação de visões essencializantes e maniqueístas acerca da sociedade civil, pois ela é percebida como uma realidade “dada” e, conseqüentemente, “natural”. Os elementos que caracterizam as organizações da sociedade civil e suas ações também aparecem naturalizados, pois estas são descritas, em termos gerais, como organizações virtuosas e voltadas à construção democrática. Desta forma, os repertórios de ação das organizações serão valorizados de acordo com a visão idealizada acerca das organizações sociais. Perde-se de vista, neste sentido, a possibilidade de analisar a coexistência dos múltiplos repertórios de ação que convivem/competem no tecido associativo, os quais podem ser adotados por diferentes organizações ao longo do tempo, ou mesmo simultaneamente por uma mesma organização em um momento específico (SILVA, 2010).

Em busca de uma análise relacional no campo da assistência: a contribuição da literatura da *Contentious Politics*

Uma das principais contribuições da abordagem da *Contentious Politics* (política contestatória) está no fato dela possibilitar a apreensão dos trânsitos e interferências recíprocas entre o tecido associativo e a política institucional. Um dos conceitos-chave para se pensar esta relação é o de “oportunidades e ameaças políticas”, cujos elementos dizem respeito às organizações formais de governo e de políticas públicas, à facilitação ou repressão por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009). As oportunidades e as ameaças políticas permitem apreender a dinâmica do processo político e englobam também os processos políticos não institucionalizados. Isto significa afirmar que os atores sociais que se encontram fora da *policy* também interferem na sua conformação e que as instituições políticas, por sua vez, interferem nos padrões associativos (ALONSO, 2009). Desta forma, para os autores que compartilham dessa visão, conceber a sociedade civil e o Estado de forma segmentada não faz sentido. Apesar de exercerem grande

influência sobre os processos organizativos, as oportunidades e ameaças políticas constituem elementos externos às organizações.

Com vistas a compreender *como* os atores se engajam em ações coletivas, faz-se necessário investigar quais *recursos* eles mobilizam nesses processos, ou seja, como os atores utilizam os diversos tipos de recursos de que dispõem – recursos externos e internos às organizações – para a promoção dos processos de mobilização. Dentre os recursos externos às organizações podem estar aqueles disponibilizados por inovações da mídia de massa, o incremento da renda dos participantes potenciais dos movimentos e de sua disponibilidade de tempo e recursos materiais disponibilizados por instituições governamentais ou não-governamentais (TARROW, 2009). Além disso, os processos de mobilização se sustentam, muitas vezes, pela utilização das estruturas organizacionais previamente existentes, seja de organizações comunitárias, religiosas, sindicais ou outras.

O conceito de “repertórios de ação coletiva”, segundo a definição de Tilly e Tarrow em seu livro *Contentious Politics* (2007), constituem formas rotineiras de fazer reivindicações, levando-se em consideração um determinado local e período. Os repertórios podem variar, mas sempre dentro dos limites dados pelos repertórios já estabelecidos para seu lugar, tempo e antagonistas, Tarrow vai dizer que

o repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam (2009, p.51).

A relação entre repertórios e regimes políticos é crucial. De acordo com Tilly (2006), dependendo de como são considerados os repertórios em um determinado regime, seus custos e riscos serão definidos de forma distinta, facilitando ou dificultando – e no limite obstaculizando – a sua ocorrência. Os repertórios de ação coletiva podem ser reprimidos, tolerados ou estimulados pelos diferentes regimes políticos. As práticas gerenciais analisadas na pesquisa empírica se situam no campo dos repertórios estimulados, ou seja, são objetos de uma indução tanto por parte do Estado quanto por parte de setores do mercado. Esta indução não se resume ao aporte de recursos, mas também à produção e à difusão de um marco interpretativo que legitima essas práticas. Estes conceitos permitem apreender, por exemplo, como a abertura de editais por parte de ministérios ou secretarias de governo estaduais pode resultar em alterações nas formas de organização, de

compreensão e de atuação das organizações voltadas à assistência. No mesmo sentido, permite compreender como as alterações nos padrões associativos podem estar relacionadas ao estabelecimento de uma nova legislação que dá suporte legal e regulamenta o repasse de recursos do Estado para organizações da sociedade civil consideradas de interesse público.

O conceito de “marcos” ou ‘quadros interpretativos” aplicado ao estudo das ações coletivas de confronto resultou das críticas dirigidas às análises que pensavam as oportunidades e restrições políticas como realidades objetivas, sem perceber que para os atores se engajarem em processos de mobilização coletiva, era preciso que eles reconhecessem esses elementos enquanto tais. Para isso, fazia-se necessário o compartilhamento de entendimentos e identidades, estabelecer o “nós” e o “eles” no processo contencioso, eleger repertórios de confronto reconhecidos pela herança cultural dos atores. Snow buscou, por meio do conceito de “quadros interpretativos”, explicar como os movimentos sociais constroem significados para a ação. Segundo a definição de Benson e Snow (2000, p.614), “[...] collective action frames are action-oriented sets of beliefs and meanings that inspire and legitimate the activities and campaigns of a social movement organization”. Os quadros interpretativos não se encontram prontos para serem utilizados por um movimento, pelo contrário, eles vão sendo conformados através de um processo em que os coordenadores de movimentos buscam construir identidades comuns, eleger inimigos e aliados, adotar certos repertórios de ação e enquadrar culturalmente suas reivindicações. Nesse sentido, o processo de enquadramento interpretativo representa um trabalho de inovação, que vai se dando no processo de confrontação, mas que ao mesmo tempo se utiliza dos símbolos e repertórios de ação inscritos previamente na cultura dos atores envolvidos. De acordo com Tarrow (2009), no processo de enquadramento interpretativo os organizadores de movimentos vão competir com a mídia e com o Estado, pois estes também participam dos processos de significação, em geral com vantagens em relação aos movimentos por possuírem mais recursos materiais e simbólicos.

Os quadros ou marcos interpretativos vão ser sempre reinterpretados a partir do contexto onde estão sendo veiculados. Isto faz com que ocorram modificações na apropriação de uma mesma mensagem por diferentes grupos sociais. Esse processo de vinculação de um movimento – através de suas mensagens e simbolismos – e os diversos contextos particulares foi chamado de “alinhamento do quadro interpretativo”, o qual ocorre quando

[Os empreendedores de movimentos] orientam os quadros interpretativos de seus movimentos para a ação em contextos particulares e os amoldam à interseção entre um alvo da cultura da população e seus próprios valores e objetivos (TARROW, 2009, p.144).

Esta noção de alinhamento dos quadros interpretativos parece interessante para pensarmos como certos conceitos e práticas do marco gerencial vão sendo ressignificados e vinculados a elementos culturais já presentes nas organizações assistenciais.

O processo de reconfiguração do campo da assistência ocorrido no Brasil, na década de 1990, acabou alterando as quatro dimensões salientadas pela literatura da *Contentious Politics* como determinantes dos processos organizativos. Em primeiro lugar, novas oportunidades emergiram para aquelas organizações e entidades que se enquadravam no novo modelo gerencial, enquanto se restringiram as oportunidades para as entidades assistenciais que atuavam a partir de lógicas distintas. Em segundo lugar, alteraram-se as formas de acesso aos recursos – materiais, financeiros, de conhecimento etc. – por parte das organizações sociais. Em terceiro lugar, novas formas de organização e atuação (repertórios de ação) foram estimuladas e recompensadas. E, por fim, novos marcos interpretativos foram conformados, buscando conferir legitimidade às mudanças a partir da defesa de um novo modelo de trabalho social.

Estas mudanças alteraram, de forma mais ou menos radical, o campo de atuação das entidades assistenciais que, na sua grande maioria, precisaram adaptar-se caso quisessem sobreviver institucionalmente. Entre as organizações da Rede Parceria Social/RS que responderam ao nosso formulário (106 organizações), 97% afirmaram que houve modificações, durante a última década, na forma de realização do trabalho social nas suas organizações/entidades. Neste período (2000-2010), o modelo de projetos sociais passou a ser utilizado por 85% das organizações de assistência que compõem a Rede, sobretudo entre os anos de 2006 a 2010. Em relação à questão referente às razões pelas quais as organizações adotaram o modelo de projetos sociais, as respostas mais recorrentes foram: “a busca de maior eficácia e eficiência na execução do trabalho social”, perfazendo 25,17%, e, em seguida, “melhoria em termos de planejamento e gestão”, com 24,83%.

Grande parte da literatura vai apreender esta adaptação e esta inserção no novo modelo expressas através desses dados como expressões de “hegemonização” e “colonização” dos atores sociais pelas referências e metodologias do mercado e/ou do Estado.

Hegemonia da sociedade civil pelos atores e metodologias do mercado?

A partir da abordagem desenvolvida por James Scott, busca-se problematizar estas teses que tomam os aspectos da adaptação/inserção das organizações sociais a programas e projetos que adotam referências e metodologias gerenciais como indicadores adequados de processos de “hegemonização”. Da mesma forma, objetiva-se debater a idéia de uma hegemonização dos diversos atores societários e estatais que ocorre através da incorporação de marcos discursivos que sustentam um macro projeto político.

Embora este trabalho se aproxime, em certo sentido, das pesquisas desenvolvidas por Almeida (2006a, 2006b) e Tatagiba (2006), quando analisam os marcos da “participação solidária” e da “democracia gerencial” presentes em programas governamentais, distanciamos de suas análises em relação à utilização do conceito de hegemonia, o qual pressupõe uma adesão ativa dos atores societários às ideias e valores dominantes, neste caso, às ideias e valores inscritos no projeto político neoliberal. Seguindo as pistas traçadas por Scott (1990; 2002), consideramos que o conceito de hegemonia apresenta limitações para a compreensão de atos de resistência dos dominados em nível da infra-política, o que pode levar à reafirmação da sua condição de dominação e a impossibilidade de vê-los como agentes. Além disso, as ações dos atores não dependem apenas da sua intencionalidade, pois eles estão sujeitos a vários níveis de constrangimentos que limitam as suas ações, sobretudo daquelas que são explicitadas no âmbito público.

Ao confrontar as teses da hegemonia e da falsa consciência, e a sua ampla aceitação pela academia, Scott (1990; 2002) vai demonstrar, nas suas análises que, em situações de grande desigualdade, os grupos subordinados tendem a adotar estrategicamente posturas de passividade e aquiescência. No entanto, para ele, estas posturas não significam uma adesão ativa aos valores que explicam e justificam a sua subordinação e nem, tampouco, uma atitude de resignação que naturaliza a sua realidade social como intransponível e imutável. O autor (2002) vai denominar esta postura dos grupos subordinados como sendo uma “adaptação pragmática” e forçada às suas realidades, e irá salientar dois aspectos desta postura:

[...] o primeiro, o fato de que essa **adaptação** não exclui *certas* formas de resistência, embora coloque limites que somente os precipitados transgrediriam. O segundo, o fato de que ela **é, sobretudo, pragmática; ela não implica**

um consentimento normativo daquelas realidades
(SCOTT, 2002, p.18, grifo nosso).

As críticas do autor às teses da hegemonia e da falsa consciência são que elas partem do pressuposto de que os analistas sociais teriam uma compreensão superior acerca da realidade, sendo que os grupos subalternos teriam acesso apenas a uma sub-representação desta, ou seja, a uma falsa consciência. Na concepção de Scott (1990), a tese da hegemonia acaba impedindo a possibilidade de se pensar em uma reação desde baixo, pois, se as elites dominam os meios de produção simbólica, não deveriam eclodir conflitos nem lutas sociais. Para o autor, a historiografia tem demonstrado que essas assunções não procedem e que, quando as circunstâncias o permitiram, os grupos subordinados lutaram por seus interesses de distintas maneiras. No entanto, em situações de grande desigualdade e com poucas possibilidades de confrontar abertamente as relações estabelecidas de dominação, o que se percebe, segundo Scott (1990; 2002), é um comportamento de aparente subserviência e acomodação, que não pode ser confundido com uma adesão ativa aos valores dominantes.

Interessado em compreender como os processos de dominação geram as evidências sociais que parecem confirmar as noções de hegemonia, Scott (1990) vai afirmar que a resposta mais óbvia estaria no fato de que uma situação de dominação baseia-se em um “roteiro oficial” que produz as evidências de convencimento voluntário, e mesmo de entusiástica cumplicidade, por parte dos grupos subordinados. Isto acontece porque o comportamento e os motivos dos grupos subalternos aparecem na vida pública sempre mediados pelas elites dominantes. Por outro lado, o autor (1990, p.4) vai enfatizar o interesse desses próprios grupos em evitar qualquer exposição aberta de insubordinação, optando por formas de resistência não explicitadas publicamente. Os subordinados vão apresentar uma *performance* de deferência e consentimento que seja crível, porque esperada dessa forma, para os grupos dominantes. No limite, Scott (1990) afirma que haveria uma cumplicidade entre dominantes e dominados na produção dessa aparência pública de passividade e de aquiescência dos subordinados. As próprias elites, muitas vezes, não desejam expor suas fragilidades de poder abertamente e mantêm um silêncio acerca das insubordinações e resistências em nome de uma fachada pública de unidade. Nas palavras de Scott:

o roteiro oficial das relações de poder é uma esfera na qual o poder aparece naturalizado porque é isto que as elites buscam produzir através da sua influência e porque serve, ordinariamente, aos interesses imediatos dos subordinados

para evitar o descrédito nessas aparências (1990, p.87, tradução nossa).

Para dar conta desses diferentes espaços/níveis de intervenção, o autor elabora os conceitos de *public transcript* (**roteiro público**) e de *hidden trascript* (**roteiro encoberto**), através dos quais busca resgatar como as relações de dominação aparecem no **roteiro público**, e como estas relações são vividas e significadas em espaços onde os subalternos podem explicitar suas opiniões entre eles mesmos. Segundo Scott (1990, p.5), não se trata de afirmar que um discurso é falso e o outro verdadeiro, mas sim de demonstrar que os roteiros encobertos são produzidos para outra audiência e sob outros constrangimentos de poder que os roteiros públicos. Apenas pela comparação entre o roteiro público e o roteiro encoberto é que se torna possível avaliar o impacto da dominação sobre o discurso público.

Estas formulações de Scott nos parecem interessantes para problematizarmos a forma como têm sido analisadas as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Em geral, os estudos têm concluído que está em curso, pelo menos desde os anos 90, um processo de “hegemonização” ou de “colonização” dos atores da sociedade civil pelos princípios e tecnologias de gestão atuantes na esfera do mercado. É possível pensar que este processo, quando olhado através de outras lentes, pode apresentar formas mais sutis e ambíguas de como ocorre esta “incorporação”, e até mesmo questionar se ela ocorre efetivamente. Ao menos, imagina-se que este processo se dê de forma mais heterogênea e contraditória, combinando as “modernas” práticas de planejamento e de gestão com práticas tradicionais e ressignificando os seus conteúdos.

Em seu trabalho sobre ONGs e a globalização do “gerencialismo”, Roberts, Jones III e Fröhling (2005) fazem uma crítica aos trabalhos que têm analisado a influência das agências de cooperação internacional e das ONGs internacionais em relação a adoção de procedimentos gerenciais, por parte das ONGs locais, como processos verticalizados e unidirecionais. Segundo esses autores, o “gerencialismo” não é um modelo acabado, que se origina em um dado local e dali passa a ser difundido, imutável, para outras organizações ou redes. Pelo contrário, constitui um conjunto de conhecimentos e práticas dinâmicas que circulam e são retrabalhadas através das redes de ONGs. Neste caso, ao pensarmos sobre como as práticas gerenciais estão influenciando o trabalho das organizações na área da assistência, temos que considerar as distintas trajetórias institucionais dessas organizações e como elas retrabalham, aderem ou resistem a essas influências.

Na pesquisa, entre as 81 organizações que apontaram ter vínculos fortes com outras instituições, 23% estão ligadas a instituições religiosas, sobretudo católicas; 16% afirmaram possuir ligações com empresas públicas e 16% responderam que tem vínculos com empresas privadas. É provável que esses vínculos com diferentes instituições afetem a forma como cada organização se relaciona com o modelo gerencial e seus pressupostos.

As organizações sociais que pesquisamos se encontram numa posição de subalternidade frente a quem as financia. Conforme o argumento de Scott (1990), o grau de dependência é determinante para se compreender os limites em relação a qualquer forma de crítica e resistência aberta. De acordo com a nossa investigação empírica, a **manutenção** das organizações sociais que compõem a RPS no RS é garantida, primordialmente, por meio de “doações de pessoa física” (29,88%), de “empresas e/ou fundações empresariais públicas e privadas” (22,31%) e de “instituições do Estado” (21,91%). Em relação à origem dos recursos que permitem a **execução** dos projetos sociais, há uma alteração nessa ordem: em primeiro lugar aparecem as “empresas e/ou fundações empresariais públicas e privadas”, com 28,63%, em seguida aparecem as “instituições do Estado”, com 26,43%, e, em terceiro lugar, as “doações de pessoa física”, com 22,47%.

A partir das questões trazidas por Scott a respeito dos “roteiros públicos” e dos “roteiros encobertos” e dos dados que apresentamos, parecemos precipitado ver na adoção pública de ferramentas gerenciais e nas suas justificações, um processo de hegemonização por um projeto político neoliberal ou uma colonização da sociedade civil pelos atores e metodologias do mercado e/ou do Estado. O conceito de “adaptação pragmática” de Scott (2002) pode ser um caminho para se relativizar essa aparente adesão e um convite a prosseguir a pesquisa a respeito dos processos de mudança que vêm ocorrendo no campo da assistência.

Referências

ALMEIDA, Carla. **O Marco discursivo da *participação solidária* e a redefinição da questão social**: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, 2006a.

ALMEIDA, Carla. O Marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. e PANFICHI, A. (Orgs.). **A Disputa pela**

construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006b.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

BENSON, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Ann. Rev. Sociol.**, v.26, 2000.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. e PANFICHI, A. (Orgs.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOWBOR, Mônica. Sujeitos da assistência social. Estado, entidades assistenciais, assistentes sociais e usuários na trajetória da assistência social entre 1974 e 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: SBS, 2009. Laboratório de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>>. Acesso em: 8 out. 2010.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n.47, 1999.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem Pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n.66, jul. 2003.

McADAM, D., TARROW, S. e TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜLLER, Lúcia. A construção do social a partir da ótica empresarial. In: **Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**, 5, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2006. 1 CD-ROM.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia:** caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REVISTA REDE PARCERIAS SOCIAIS. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS, 2009.

ROBERTS, Susan; JONES III, John Paul; .FROHLING, Oliver. NGOs and the Globalization of Managerialism: a research framework. **World Development**, v. 33, n.11, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n.5, out. 2004.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven, Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C.. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v.21, n.1, jan-jun 2002.

SILVA, Marcelo Kunrath da. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, n.6, jul.-dez. 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath da. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.46, n.1, jan.-abr. 2010.

SORJ, Bernardo. **Sociedades civis e relações Norte-Sul: Ongs e dependência**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2005.

TARROW, Sidney. **O Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Os Desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/ES. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. e PANFICHI, A. (Orgs.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: The University Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

Cláudia Tirelli
ctirelli@unisc.br